

NOTAS E INFORMAÇÕES

Comissão de Ética
sem ética

**Órgão que zela pela ética pública
não vê nada demais no uso de
gabinete pelo sogro de ministro**

Ao arquivar, em decisão unânime, uma investigação contra o ministro das Comunicações, Juscelino Filho, a Comissão de Ética Pública da Presidência da República resolveu dar uma demonstração inequívoca de

sua inutilidade. No ano passado, o **Estadão** revelou a existência de um gabinete paralelo no Ministério das Comunicações: ali se aboletou o sogro do ministro, o empresário Fernando Fialho, para transformar a pasta em escritório privado. Sem qualquer função ou cargo oficial – nem no ministério nem em qualquer outro órgão público – Fialho recebia empresários, num flagrante uso da administração pública para interesses privados.

A falta evidência não foi suficiente para sensibilizar os integrantes da Comissão de Ética da Presidência. Oficialmente, o colegiado é responsável pela aplicação do Código de Conduta da Alta Administração Federal, por ajudar a interpretar o Código de Ética do Servidor Público e manifestar-se em consultas sobre a possível existência de conflito de interesses. Pois agora se descobriu que seus sete integrantes nada viram de interesses em conflito na vistosa agenda do sogro de Juscelino.

Não lhes importou que a rotina na pasta tenha sido admitida pelo próprio ministro, que garantiu tratar-se de um “apoio” devido à “sua experiência”. Uma experiência não em telecomunicações, faltou dizer, como atesta o histórico profissional do empresário. Também lhes pareceu mero detalhe um parente dar expediente no ministério, sem cargo oficial, sem credenciais na área e sem justificativa legal. Para o relator do caso, Bruno Espíndola Lemos, tal atitude mereceu não uma repreensão, mas uma recomendação – quase um pedido de amigo: sugeriu ao ministro que o sogro evite tal rotina.

Apoiado pelo voto dos seus colegas, Lemos assim

justificou a atitude do ministro e de seu sogro: o primeiro ano do governo significou uma nova estrutura nos ministérios e “diversos órgãos foram completamente recriados”. Por isso, ele sustentou, “há de se entender as dificuldades que todas as pastas enfrentaram no período, inclusive o Ministério das Comunicações”. Ocorre que a pasta chefiada por Juscelino Filho já existia no governo anterior, e o ministro manteve a equipe que trabalhava com o antecessor, Fábio Faria. A maratagem não cola, portanto.

Resta questionar qual a serventia de uma Comissão de Ética que se mostra incapaz de condenar tão flagrante afronta ao interesse público. Se inútil para o interesse público, a comissão parece providencial para o próprio governo.

Inquestionável mesmo é o responsável pela preservação das estrépias privadas de Juscelino Filho: Lula da Silva. É o presidente, afinal, quem o mantém no Ministério das Comunicações, enquanto se acumulam suspeitas: o ministro já foi acusado de favorecimento pessoal no direcionamento de emendas parlamentares, usou avião da Força Aérea Brasileira para participar de um leilão de cavalos e escondeu patrimônio da Justiça Eleitoral, entre outras evidências. Também nada entende de Telecomunicações, e seu partido, o União Brasil, é incapaz de entregar votos no Congresso.

Mais misteriosa do que essa longevidade só a justificativa para a interpretação generosa de condutas antiéticas feitas pela tal Comissão de Ética da Presidência. ●

Interior de São Paulo

Reajustes a prefeitos e a
vereadores chegam a 179%;
servidores ganham até 8%

**Levantamento do
'Estadão' revela a
diferença nas cidades
entre os valores,
que passam a valer a
partir de 2025**

**HEITOR MAZZOCO
ZECA FERREIRA**

Os reajustes aprovados neste ano para servidores públicos de cidades paulistas não ultrapassaram 8% nos mesmos municípios em que os aumentos para prefeito, vice-prefeito, secretários e vereadores chegaram a até 179%, de acordo com levantamento do **Estadão**.

Para evitar desgastes em ano eleitoral, vereadores paulistas aprovaram os aumentos nos vencimentos de agentes políticos, na maioria dos casos, em 2023. Os valores passam a valer na próxima legislatura (2025-2028), ou seja, para os vencedores da disputa eleitoral.

Os atuais administradores públicos tinham até o dia 9 deste mês para apresentar valores acima da inflação para o funcionalismo, que fechou 2023 a 4,62%. Isso porque a Lei das Eleições veda aumentos fora das perdas inflacionárias do ano anterior no período de 180 dias antes da eleição até a posse dos eleitos.

JUNDIAÍ e RIO PRETO. Câmaras e prefeituras apontam que rea-



Plenário da Câmara Municipal da cidade de São José do Rio Preto

justes são constitucionais, contemplam perdas de anos anteriores. Em junho de 2023, por exemplo, vereadores de Jundiaí aprovaram um aumento de 52% (de R\$ 10,4 mil para R\$ 15,8 mil) nos salários dos parlamentares. Em 2024, o Legislativo debateu reajuste para o funcionalismo de 1,26%. O projeto do prefeito Luiz Fernando Machado (PL) chegou ao Legislativo em 5 de abril e quatro dias depois estava pronto para votação.

Em São José do Rio Preto, vereadores aumentaram vencimentos para a próxima legislatura em 179%, o maior índice entre grandes cidades paulistas. A votação foi em 2023. Os secretários ganharam aumento de 50%. Para o prefeito e o vice, o acrésci-

mo foi de 63,7% – o prefeito Edinho Araújo (MDB) vetou em parte a proposta, que elevaria seu salário em 102%.

Os rio-pretenses bancarão, a partir de 2025, um salário de R\$ 28 mil para o prefeito, ante o R\$ 17,1 mil da atual legislatura. O vice-prefeito, que atualmente tem vencimento de R\$ 8,5 mil, passa a ganhar R\$ 14 mil. Já os novos vereadores passam de R\$ 5,9 mil para R\$ 16,5 mil.

Para o servidor público rio-pretense, por sua vez, o aumento salarial aprovado neste ano foi de 5%. Questionada, a Câmara informou que o aumento ocorreu depois de o Tribunal de Justiça de São Paulo julgar inconstitucional o reajuste anual pelo índice de inflação. “Vale res-

saltar, para efeitos comparativos, que, entre cidades do mesmo porte no Estado, a Câmara de Rio Preto é a que tem os subsídios mais baixos – fato reconhecido inclusive pelo Tribunal de Contas do Estado, que, em seu ranking anual, mais uma vez apontou que a Câmara de Rio Preto é a mais enxuta do Estado entre cidades do mesmo porte”, informou a Câmara. A prefeitura não respondeu.

ABC. Em São Bernardo do Campo, o aumento foi exclusivo para os vereadores. O valor subiu 30,9% e chegará a partir de janeiro de 2025 a R\$ 19,6 mil mensais. Já o servidor público conseguiu 7,86% de reajuste, em três partes. “Foi concedido reajuste aos funcionários públicos de 7,86%, com majoração de 4% em abril, 2% a partir de setembro e mais 1,86% a partir de novembro, aplicado de forma linear a todos os 13,5 mil servidores municipais ativos e aos aproximadamente 9 mil servidores inativos. Sendo que 4% foi aumento real dentro do prazo previsto pela lei eleitoral e o restante é a correção inflacionária”, informou a prefeitura. A Câmara da cidade não respondeu.

Já na vizinha Santo André, uma proposta promulgada em 2023 elevou salário de vereadores, prefeito, vice e secretários em até 65%. O servidor público terá reajuste em 2024 de 4,5%. Na próxima legislatura, vereadores receberão R\$ 25 mil. Já o prefeito terá salário de R\$ 37,5 mil. A prefeitura informou ser impossível reajuste para o servidor fora da inflação em razão da data-base ser 1.º de maio, no período vedado pela Lei das Eleições.

Em Guarulhos, o valor do salário do vereador passará de R\$ 15 mil para R\$ 23,4 mil. “A nova remuneração recompõe perdas inflacionárias, já que o último reajuste ocorreu em janeiro de 2017, sendo aplicado apenas o

índice da revisão geral anual”, informou o Legislativo, além de afirmar que a mudança é constitucional. O servidor do município ganhará 2% de aumento, segundo a prefeitura, “porque a cidade atingiu o limite de gastos com servidores previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, de 54% do orçamento municipal”.

CAMPINAS. Em Campinas, o próximo prefeito e os secretários terão R\$ 37 mil de salário mensal, o que corresponde a um aumento de 59,2%. Já o vice sairá dos atuais R\$ 17,4 mil para R\$ 27,8 mil (alta de 59,5%). A prefeitura justificou o aumento com base no teto do funcionalismo. “O reajuste não ocorre em benefício do prefeito, mas para contemplar as categorias e benefícios do servidor público”, disse a administração, explicando que isso aumenta o teto do funcionalismo. Apesar disso, não foi aprovado reajuste para o servidor em 2024. Os vereadores da

**Secretários
Porcentuais definidos são
estendidos também aos
cargos de gestão nas
administrações municipais**

próxima legislatura receberão R\$ 17,8 mil. Atualmente, o valor é de pouco mais de R\$ 10 mil. A Câmara não respondeu.

Coordenador do MBA em Gestão Financeira da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Ricardo Teixeira observa que os aumentos aprovados para os políticos excedem o que seria considerado aceitável em termos de recomposição do poder de compra. Enquanto os dissídios das categorias têm se mantido entre 4% e 5%, os reajustes concedidos aos vereadores e prefeitos não podem ser caracterizados como simples reajustes, mas, sim, como aumentos. ●